doi.org/10.51891/rease.v12i11.32714

LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: ESPECIFICIDADES, FORMAÇÃO E DESAFIOS PARA O ENSINO NO BRASIL

AFRICAN LITERATURES IN PORTUGUESE: SPECIFICITIES, DEVELOPMENT, AND CHALLENGES FOR TEACHING IN BRAZIL

LITERATURAS AFRICANAS EN LENGUA PORTUGUESA: ESPECIFICIDADES, FORMACIÓN Y DESAFÍOS PARA LA ENSEÑANZA EN BRASIL

Adílio Junior de Souza[1]
Daniel Batista Carneiro[2]
Gracione Batista Carneiro Almeida[3]
Laura Batista Silvestre[4]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as especificidades das literaturas africanas de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e suas implicações para o ensino no Brasil. Parte-se da hipótese de que a categoria relacional plural previne a homogeneização de sistemas literários distintos. A metodologia qualitativa e bibliográfica articula história literária, crítica pós-colonial e educação das relações étnico-raciais, fundamentando-se teoricamente em alguns autores e fontes especializadas na temática, dentre eles: Chaves (2005), Mata (1998, 2007, 2010; 2013, 2023), Macêdo (2016), Moreira (2023) e Vansina (1982). Examina-se a tensão entre língua, oralidade, memória e nacionalidade, destacando os desdobramentos da Lei nº. 10.639/2003. Conclui-se, portanto, que o estudo das literaturas africanas de língua portuguesa requer uma abordagem pedagógica que articule comparação e diferenciação, reconhecendo a autonomia estética, a pluralidade histórica e a diversidade cultural dessas produções.

Palavras-chave: Literaturas africanas de língua portuguesa. Literatura comparada. Pós-colonialidade. Identidade. Ensino de literatura.

ABSTRACT: This article aims to analyze the specificities of Portuguese-language African literatures (from Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, and São Tomé and Príncipe) and their implications for education in Brazil. It is based on the hypothesis that a plural, relational category prevents the homogenization of distinct literary systems. Employing a qualitative, bibliographic methodology, the study integrates literary history, post-colonial criticism, and the education of ethnic-racial relations, drawing on theoretical foundations from various authors and specialized sources, including Chaves (2005), Mata (1998, 2007, 2010, 2013, 2023), Macêdo (2016), Moreira (2023), and Vansina (1982). The text examines the tension between language, orality, memory, and nationality, while highlighting the developments stemming from Law No. 10.639/2003. It concludes that the study of Portuguese-language African literatures requires a pedagogical approach that balances comparison with differentiation, acknowledging the aesthetic autonomy, historical plurality, and cultural diversity of these works.

[1] Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2020). Professor efetivo da Universidade Regional do Cariri (URCA).
[2] Mestre em Ciências da Educação pela World University Ecumenical (WUE). Licenciado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA) (2009). Professor temporário do Curso de Letras da Universidade Regional do Cariri (URCA).
[3] Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) (2019). Especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar pelo Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais (IESMIG) (2015). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) (2013).
[4] Graduanda em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA) (2023-atual). Pesquisadora do Projeto PIBIC/BSOCIAL, URCA.

Keywords: Portuguese-language African literatures. comparative literature. postcoloniality. identity. literature teaching.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las especificidades de las literaturas africanas de lengua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guinea-Bisáu, Mozambique y Santo Tomé y Príncipe) y sus implicaciones para la enseñanza en Brasil. Se parte de la hipótesis de que la categoría relacional plural previene la homogeneización de sistemas literarios distintos. La metodología, de carácter cualitativo y bibliográfico, articula la historia literaria, la crítica poscolonial y la educación en las relaciones étnico-raciales, fundamentándose teóricamente en diversos autores y fuentes especializados en la temática, entre ellos: Chaves (2005), Mata (1998, 2007, 2010, 2013, 2023), Macêdo (2016), Moreira (2023) y Vansina (1982). Se examina la tensión entre lengua, oralidad, memoria y nacionalidad, destacando las repercusiones de la Ley nº. 10.639/2003. Se concluye, por tanto, que el estudio de las literaturas africanas de lengua portuguesa requiere un enfoque pedagógico que articule la comparación y la diferenciación, reconociendo la autonomía estética, la pluralidad histórica y la diversidad cultural de estas producciones.

Palabras clave: Literaturas africanas en lengua portuguesa. Literatura comparada. Poscolonialidad. Identidad. Enseñanza de la literatura.

1 INTRODUÇÃO

A presença das literaturas africanas de língua portuguesa no ensino brasileiro insere-se em um processo histórico mais amplo de revisão dos currículos escolares e de ampliação das perspectivas a partir das quais a formação cultural brasileira é estudada. No Brasil, esse movimento ganhou importante dimensão institucional com a Lei nº. 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, incluindo conteúdos relativos à história da África e dos africanos e estabelecendo sua abordagem em diferentes componentes curriculares, especialmente literatura e história brasileiras (Brasil, 2003). Posteriormente, a Lei nº. 11.645/2008 ampliou esse dispositivo ao incluir também a história e a cultura dos povos indígenas (Brasil, 2008).

A institucionalização dessa temática, entretanto, não significa que as literaturas africanas devam ser incorporadas ao currículo apenas como instrumentos para a promoção de valores sociais ou para o reconhecimento da contribuição africana na formação brasileira. Embora essas dimensões sejam fundamentais, a literatura possui especificidade estética e histórica que não pode ser subordinada exclusivamente a finalidades extraliterárias.

O estudo de uma obra de José Luandino Vieira, Pepetela, Mia Couto, Paulina Chiziane, Baltasar Lopes, Germano Almeida ou de outros escritores africanos deve considerar, simultaneamente, as condições históricas de sua produção e os procedimentos propriamente literários por meio dos quais essas experiências são transformadas em linguagem.

O problema central deste artigo decorre justamente dessa tensão. Se, por um lado, a expressão "literaturas africanas de língua portuguesa" é necessária para estabelecer relações históricas, linguísticas e comparativas, por outro, ela pode produzir uma generalização indevida quando empregada como se designasse uma única tradição literária. A área de estudos reconhece atualmente a existência de diferentes literaturas nacionais nos países africanos de língua oficial portuguesa, conjugando a produção literária às particularidades históricas e culturais de cada sociedade (USP, 2026).

A hipótese defendida aqui é que a categoria abrangente deve ser compreendida como uma categoria relacional, e não como uma categoria homogeneizadora. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe compartilham experiências decorrentes do colonialismo português e da circulação da língua portuguesa, mas não constituem um único sistema literário. Suas formações históricas, experiências nacionais, relações linguísticas e processos de construção identitária apresentam diferenças significativas.

A discussão proposta retoma, portanto, a preocupação presente no estudo original, mas substitui a noção de "originalidade" pela de especificidade literária. A questão não consiste em demonstrar que as literaturas africanas são absolutamente independentes de outras tradições, o que seria historicamente inadequado, mas em compreender como cada uma delas reelabora heranças, influências, conflitos e experiências próprias.

O objetivo geral é analisar as especificidades das literaturas africanas de língua portuguesa e discutir as implicações dessa perspectiva para seu ensino no Brasil. Para isso, o artigo elenca como objetivos específicos: a) discutir os limites de uma concepção homogênea de literatura africana; b) compreender algumas características dos processos de formação literária nos países africanos de língua portuguesa; c) examinar as relações entre língua, identidade, oralidade, memória e nacionalidade; e d) refletir sobre a presença dessas literaturas na educação brasileira após a Lei nº. 10.639/2003.

Desta forma, é salutar ressaltar que, o estudo das literaturas africanas de língua portuguesa exige uma perspectiva crítica que reconheça sua pluralidade, suas especificidades históricas e suas distintas formas de expressão cultural. A compreensão dos processos de formação literária desses países, bem como das relações entre língua, identidade, oralidade, memória e nacionalidade, evidencia a riqueza e a complexidade dessas produções, afastando interpretações homogeneizadoras sobre o continente africano.

No contexto brasileiro, a inserção dessas literaturas no ensino, especialmente após a Lei nº. 10.639/2003, representa uma oportunidade de ampliar os horizontes culturais e epistemológicos da educação, contribuindo para a valorização da diversidade, o enfrentamento de estereótipos e a construção de uma formação crítica, plural e antirracista.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui natureza qualitativa e bibliográfica. O procedimento consiste na leitura e articulação de estudos de história literária, crítica das literaturas africanas de língua portuguesa, literatura comparada, estudos pós-coloniais e documentos normativos brasileiros relativos à educação das relações étnico-raciais.

Não se pretende realizar, neste espaço, uma análise exaustiva das literaturas dos cinco países, mas construir uma reflexão comparativa capaz de demonstrar por que a categoria abrangente não deve eliminar suas diferenças internas.

A opção por uma abordagem comparativa exige cuidado. Comparar não significa estabelecer uma hierarquia entre literaturas nem procurar um modelo universal a partir do qual cada produção deva ser julgada. A literatura comparada pode justamente permitir que relações, aproximações e diferenças sejam observadas sem que uma tradição seja tomada como medida absoluta das demais.

Nesse sentido, os estudos de Rita Chaves constituem referência importante para compreender a formação das literaturas angolana e moçambicana em relação às experiências coloniais e aos processos de construção de territórios literários específicos (Chaves, 2005). A autora demonstra a necessidade de considerar a experiência colonial como elemento histórico relevante, sem transformar essa experiência em explicação única da produção literária.

Tania Macêdo, por sua vez, chama atenção para as confluências entre o modernismo brasileiro e determinados movimentos de formação das literaturas de Angola, Cabo Verde e Moçambique, demonstrando que houve circulação de ideias estéticas e políticas entre esses espaços. Essa relação, contudo, não implica dependência absoluta: a apropriação de referências brasileiras ocorreu em processos africanos de construção de identidades nacionais e de afirmação literária próprios (Macêdo, 2016).

A perspectiva pós-colonial também é produtiva para este estudo. Inocência Mata observa que a crítica das literaturas africanas precisa considerar as transformações históricas e estéticas produzidas pela experiência colonial e pelas sociedades pós-independência, evitando modelos

críticos que subordinem essas literaturas a paradigmas exclusivamente europeus (Mata, 2010; 2013). A autora também alerta para o risco de uma leitura que utilize a expressão "literatura africana" de modo excessivamente generalizante, sem reconhecer a pluralidade dos sistemas literários envolvidos.

Estudos mais recentes reforçam a necessidade de revisar categorias cristalizadas na crítica. Moreira (2023), ao examinar a relação entre escrita e oralidade nos estudos críticos sobre literaturas africanas de língua portuguesa, identifica a permanência de dicotomias como escrito/oral, tradicional/moderno e racionalidade/animismo.

Para a autora, essas oposições podem reproduzir uma hierarquia implícita que toma a literatura europeia como referência de legitimidade. A superação dessas dicotomias é fundamental para uma crítica capaz de compreender os procedimentos estéticos próprios das literaturas africanas.

A metodologia adotada, portanto, combina perspectiva histórico-literária e análise crítica das categorias utilizadas para descrever essas produções. O princípio orientador é que diferença não significa isolamento, assim como relação não significa homogeneidade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PARA ALÉM DE UMA "LITERATURA AFRICANA": A HETEROGENEIDADE DOS SISTEMAS LITERÁRIOS

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo estudo das literaturas africanas consiste na tendência de transformar um continente marcado por enorme diversidade histórica, linguística e cultural em uma unidade explicativa. Quando essa tendência é aplicada à literatura, diferentes sistemas de produção e recepção podem ser reduzidos a uma única categoria.

No caso dos países africanos de língua portuguesa, a denominação abrangente possui uma justificativa histórica. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe tiveram seus processos coloniais ligados a Portugal e mantiveram o português como língua oficial após a independência.

Nas palavras de Laranjeira (2000, p. 237): "As literaturas africanas formaram-se como nacionais, antes da nacionalidade, através de uma retórica e uma imagética que enfatizavam o concreto, o social, a história e o politico".

Essa condição possibilita aproximações entre suas literaturas, sobretudo, no que diz respeito às relações com o colonialismo, à construção da nacionalidade e à tensão entre língua portuguesa e línguas africanas.

Entretanto, a existência desses elementos comuns não autoriza a eliminação das diferenças. A própria constituição histórica dos sistemas literários ocorreu de maneiras distintas. A literatura cabo-verdiana, por exemplo, desenvolveu uma trajetória profundamente vinculada às particularidades insulares, à experiência da seca, da emigração e da construção da cabo-verdianidade.

A literatura angolana esteve fortemente relacionada aos processos de afirmação nacional, à experiência colonial e às guerras de libertação e de pós-independência. Em Moçambique, a produção literária articulou-se a experiências específicas de colonialismo, nacionalismo, guerra e transformação social. As trajetórias da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, por sua vez, também apresentam configurações históricas próprias.

Laranjeira (1995) e Ferreira (1987) contribuíram para a consolidação de uma perspectiva histórica das literaturas africanas de língua portuguesa, demonstrando tanto a existência de relações entre elas quanto a necessidade de reconhecer seus processos particulares de formação. Estudos posteriores ampliaram essa perspectiva, enfatizando a diversidade dos territórios literários e das experiências nacionais.

Nesse sentido, a categoria plural "literaturas africanas de língua portuguesa" é mais adequada do que a formulação singular. Não se trata apenas de uma questão gramatical. O plural representa uma posição teórica: reconhece que existem múltiplos sistemas, autores, tradições, públicos, repertórios e processos históricos.

A importância dessa distinção também aparece no campo acadêmico contemporâneo. A Universidade de São Paulo, por exemplo, organiza sua área de estudos a partir das literaturas nacionais de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, relacionando a produção literária às condições históricas e culturais de cada país (USP, 2026).

Portanto, o problema não está em utilizar uma categoria abrangente, mas em esquecer que ela é uma construção analítica. As literaturas podem ser estudadas conjuntamente para que sejam percebidas suas relações, desde que a comparação não apague aquilo que constitui a singularidade de cada produção.

3.1 Língua, identidade e formação literária

A língua portuguesa ocupa posição particularmente complexa nas literaturas africanas estudadas neste artigo. Ela foi historicamente associada ao poder colonial, à administração e à

escolarização, mas também foi apropriada pelos sujeitos africanos e transformada em instrumento de expressão literária.

Para Inocência Mata (2019, p. 263): "A língua portuguesa foi, assim, o único veículo linguístico de cidadania. [...] sendo um veículo privilegiado de dominação é também o veículo privilegiado de libertação".

Essa transformação é fundamental. A utilização do português por escritores africanos não significa simples reprodução da língua portuguesa europeia. A literatura pode deslocar, modificar e recriar a língua recebida do colonizador, incorporando ritmos, estruturas discursivas, léxico, formas de narrar e referências culturais provenientes de diferentes tradições africanas.

A relação entre língua e identidade, portanto, não deve ser compreendida de maneira binária. Não se trata de opor simplesmente português e línguas africanas. Em muitos contextos, a escrita literária constrói espaços de tensão e negociação entre diferentes formas de linguagem.

Essa característica é particularmente importante para compreender a formação dos sistemas literários. A literatura não nasce isoladamente; ela depende de autores, obras, leitores, instituições, circulação e reconhecimento. A perspectiva de Candido (2000), desenvolvida a partir da ideia de formação de um sistema literário, é útil como instrumento comparativo, desde que não seja transformada em modelo rígido para realidades históricas distintas.

A formação literária brasileira ocorreu em condições específicas, vinculadas à constituição histórica do país, à circulação de obras e à formação de um público leitor. Os países africanos de língua portuguesa passaram por processos diferentes, marcados pela colonização, pela luta anticolonial, pelas independências e pela reorganização política posterior.

Dessa forma, aplicar mecanicamente o modelo brasileiro às literaturas africanas seria inadequado. O mais produtivo é utilizar a comparação para perguntar como cada sistema literário construiu suas próprias relações entre autor, obra, público, língua e identidade.

As aproximações com o Brasil, por outro lado, não devem ser eliminadas. Macêdo (2016) demonstra a importância que determinados elementos do modernismo brasileiro exerceram sobre processos literários de Angola, Cabo Verde e Moçambique. Essas relações evidenciam que, os sistemas literários não se formam em isolamento, mas em redes de circulação cultural.

O diálogo entre Brasil e África, portanto, deve ser entendido como intercâmbio e apropriação, e não como simples influência unilateral. A literatura brasileira foi importante em determinados momentos da formação de literaturas africanas modernas, mas os escritores

africanos reelaboraram essas referências conforme suas próprias circunstâncias históricas e culturais.

3.2 Oralidade, memória e estética

As literaturas africanas constituem importantes espaços de representação das experiências históricas, culturais e identitárias dos povos africanos de língua portuguesa. Desenvolvidas em contextos marcados pela colonização portuguesa, pelas lutas de libertação, pelas guerras e pelos processos de construção das identidades nacionais, essas literaturas estabeleceram uma relação profunda com as tradições culturais e com as formas de transmissão oral do conhecimento.

Esses elementos merecem atenção, tendo em vista que, durante muito tempo, parte da crítica ocidental utilizou a oposição entre literatura escrita e tradição oral para classificar produções africanas. Tal procedimento pode criar a impressão de que a escrita constitui estágio de desenvolvimento superior à oralidade.

A crítica contemporânea tem questionado essa hierarquia. Moreira (2023) demonstra que determinados estudos ainda reproduzem dicotomias entre escrita e oralidade, tradição e modernidade, racionalidade e formas consideradas "não racionais". Segundo a autora, essas oposições podem limitar a compreensão dos procedimentos literários empregados por escritores africanos.

A oralidade, nesse contexto, não deve ser entendida como ausência de escrita. Ela pode funcionar como elemento estruturador da própria escrita literária. Ritmos, repetições, provérbios, formas narrativas, vozes coletivas e modos de organização da memória podem ser incorporados ao texto escrito e transformados em recursos estéticos.

Nesse sentido, Leite (1998) destaca a importância da relação entre oralidade e memória nas literaturas africanas de língua portuguesa, ao afirmar que a mesma deve ser compreendida como uma forma de reprodução de manifestações orais e interação entre diferentes sistemas culturais e expressivos.

Amadou Hampâté Bâ (1982), importante pensador e escritor africano, enfatiza o valor da tradição oral africana como instrumento de preservação da memória coletiva. Sua conhecida afirmação de que, na África, quando um ancião morre, perde-se uma biblioteca, sintetiza a importância atribuída à experiência dos mais velhos e à transmissão oral dos conhecimentos.

A tradição oral, nesse sentido, não se limita à contação de histórias. Ela envolve conhecimentos históricos, religiosos, filosóficos, sociais e culturais. Por meio da palavra falada, as comunidades transmitem ensinamentos sobre a origem do mundo, os antepassados, as relações familiares, os valores comunitários, a natureza e as experiências históricas.

Jan Vansina (1982), ao estudar a tradição oral africana, demonstra que os testemunhos transmitidos oralmente constituem fontes fundamentais para a compreensão da história de sociedades que não dependem exclusivamente de documentos escritos, ela possui valor histórico e cultural, funcionando como mecanismo de preservação da memória coletiva.

Essa questão é particularmente importante porque permite compreender a literatura africana a partir de seus próprios procedimentos, e não apenas a partir da comparação com modelos europeus. A presença da oralidade em uma narrativa não reduz seu valor literário; ao contrário, pode constituir um dos mecanismos por meio dos quais o texto produz sua especificidade.

Da mesma forma, a memória histórica ocupa lugar importante. Os textos literários podem recuperar experiências coloniais, conflitos políticos, deslocamentos, guerras, formas de resistência e transformações sociais. Entretanto, literatura não é documento histórico no sentido estrito. A experiência histórica é recriada por meio de personagens, narradores, imagens, metáforas, temporalidades e estruturas narrativas.

Mata (2007, p. 29) aduz que:

> O texto literário, como representação artística do imaginário cultural, é um desses documentos e, como tal, um objeto simbólico muito importante na construção da imagem da sociedade, sobretudo em espaços políticos emergentes, que vivem de forma por vezes ambígua e tensa a sua pós-colonialidade.

A valorização estética é, portanto, inseparável da valorização histórica e cultural. O reconhecimento das literaturas africanas exige tanto atenção às sociedades nas quais as obras foram produzidas quanto análise dos recursos formais que constituem sua literariedade.

3.3 Literatura, nacionalidade e pós-colonialidade

A formação das literaturas africanas de língua portuguesa está profundamente relacionada à construção das identidades nacionais. Entretanto, essa relação não deve conduzir à ideia de que a literatura possui apenas uma função nacionalista.

Dessa forma, ela passa a funcionar como espaço de reconstrução da memória, em particular no período pós-colonial, cujos escritores passam a protagizar um espaço, cuja história sempre foi narrada durante séculos, a partir da visão do colonizador.

Em determinados momentos históricos, a literatura participou efetivamente dos processos de afirmação nacional e de resistência ao colonialismo. A escrita literária tornou-se espaço de contestação, elaboração de memória e imaginação de futuros possíveis. Isso é particularmente evidente em parte da produção angolana, moçambicana e cabo-verdiana.

Chaves (2005) mostra como a experiência colonial e a formação dos territórios nacionais interferiram na constituição das literaturas angolana e moçambicana. Macêdo (2016), por sua vez, demonstra que a formação dessas literaturas esteve ligada a processos de circulação cultural e a diálogos com outras tradições, inclusive a brasileira.

Assim sendo, a literatura pós-independência não pode ser reduzida ao nacionalismo anticolonial. A produção posterior às independências ampliou os temas e os procedimentos literários, passando a abordar conflitos sociais, desencanto político, memória, violência, gênero, migração, relações familiares e transformações culturais.

Mata (2010; 2013) destaca justamente a necessidade de compreender as transformações das literaturas africanas após a independência, considerando as novas configurações estéticas e ideológicas produzidas pelas sociedades pós-coloniais. A literatura passa, a interrogar não apenas o colonialismo, mas também as contradições das próprias sociedades que emergiram após a independência.

Esse deslocamento é fundamental para evitar uma visão congelada das literaturas africanas. Se elas forem ensinadas apenas por meio de temas como escravidão, colonialismo, pobreza e sofrimento, corre-se o risco de reproduzir uma representação limitada do continente.

A literatura africana contemporânea constitui também um espaço de humor, experimentação linguística, subjetividade, erotismo, crítica social, fantasia, memória, violência, cotidiano e reflexão existencial. Nesse sentido, Mata (2023, p. 43) ressalta a necessidade de reconhecer a multiplicidade das tradições literárias provenientes de diferentes geografias culturais, ampliando as perspectivas de análise e valorização dessas produções.

Dessa maneira, o continente africano não deve aparecer na sala de aula apenas como objeto de sofrimento histórico, mas também como espaço de produção intelectual e estética diversificada, no qual diferentes escritores elaboram experiências humanas, sociais e culturais por meio de múltiplas formas de expressão literária.

Nesse sentido, a defesa das especificidades literárias possui também uma dimensão política: conhecer a diversidade das produções africanas, significa superar representações estereotipadas da África, frequentemente associada apenas à pobreza, aos conflitos, às guerras e às experiências de exploração colonial. Significa, sobretudo, reconhecer o continente como um espaço plural de produção intelectual, artística e cultural, marcado por diferentes tradições, identidades, línguas e formas de expressão.

Ao valorizar as particularidades de cada literatura nacional, torna-se possível romper com perspectivas homogeneizadoras e compreender que as experiências africanas não se limitam às marcas do passado colonial, mas também, envolvem questões contemporâneas, subjetividades, transformações sociais e múltiplas possibilidades de criação estética. Dessa maneira, o estudo dessas literaturas contribui para ampliar o olhar sobre a África, reconhecendo seus escritores como sujeitos produtores de conhecimento, memória e pensamento crítico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo brasileiro constitui uma conquista importante no processo de reconhecimento da diversidade histórica e cultural do país. A Lei nº. 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino desses conteúdos e determinou sua presença em diferentes áreas do currículo, incluindo literatura e história brasileiras (Brasil, 2003).

Silva (2007) destaca a importância da educação das relações étnico-raciais para a valorização das identidades, histórias e culturas afro-brasileiras, perspectiva que encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Parecer CNE/CP nº. 3/2004 que ampliaram a orientação para a educação das relações étnico-raciais, atribuindo às instituições de ensino e aos professores responsabilidades relacionadas à seleção de conteúdos, à formação docente e à disponibilização de materiais adequados (Brasil, 2004).

Ainda para a autora supracitada (2018, p. 123):

> [...] o maior avanço nesse processo foi o de reconhecimento de manifestações e consequências do racismo, do etnocentrismo e de outras discriminações na vida de aluno/as, e de seus professores, não só dos negros, mas também dos não-negros [...].

É importante, porém, estabelecer uma distinção conceitual: ensinar literatura africana não é simplesmente cumprir uma legislação. A legislação cria condições institucionais para ampliar o currículo, mas a qualidade desse ensino depende da formação dos professores, da

seleção das obras, do acesso à bibliografia e, sobretudo, de uma abordagem que respeite a especificidade estética dos textos.

O ensino pode tornar-se problemático quando apresenta "a África" como uma unidade cultural indiferenciada. Também é insuficiente escolher uma obra africana apenas para ilustrar determinado tema racial. A literatura deve ser lida como literatura.

Nesse sentido, a diversidade interna dos países africanos precisa fazer parte do planejamento pedagógico. Em lugar de uma unidade genérica intitulada "Literatura Africana", seria possível organizar percursos por autores, países, períodos e problemas literários, estabelecendo relações comparativas entre eles.

Essa perspectiva também contribui para combater uma das dificuldades apontadas pela crítica: a circulação limitada de obras africanas no mercado brasileiro. Alós (2015), ao estudar a literatura moçambicana de autoria feminina, chama atenção para as dificuldades de circulação e recepção de escritoras como Lília Momplé e Paulina Chiziane no Brasil, evidenciando que a distância entre produção literária e público leitor também envolve questões editoriais e mercadológicas. O desafio educacional, portanto, não consiste apenas em "incluir" literatura africana. É necessário criar condições para que ela seja lida, estudada, interpretada e valorizada.

A proposta defendida neste artigo não consiste em abandonar a categoria "literaturas africanas de língua portuguesa". Ao contrário, ela continua sendo importante para o desenvolvimento de pesquisas comparativas e para a compreensão de processos históricos compartilhados. O que se propõe é modificar a forma de utilização dessa categoria.

Uma abordagem adequada deve operar simultaneamente em dois níveis. O primeiro é o nível comparativo, no qual se observam relações históricas, linguísticas, culturais e estéticas entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O segundo é o nível diferencial, no qual se investigam os elementos que tornam cada sistema literário particular.

Essa perspectiva evita dois extremos. O primeiro extremo é a homogeneização: imaginar que todas as literaturas africanas possuem os mesmos temas, formas e experiências. O segundo é o isolamento absoluto: tratar cada literatura como se não possuísse relações com as demais ou com outras tradições literárias.

A história demonstra que os sistemas literários se constituem por relações. A circulação do modernismo brasileiro em determinados contextos africanos, estudada por Macêdo (2016), é

exemplo disso. Da mesma maneira, a experiência colonial portuguesa estabeleceu condições históricas compartilhadas, ainda que seus efeitos tenham sido diferentes em cada território.

A perspectiva comparativa deve, portanto, perguntar simultaneamente: o que essas literaturas têm em comum? E por que não são iguais? A resposta à primeira questão permite compreender as relações históricas entre elas. A resposta à segunda impede que a categoria comparativa se transforme em mecanismo de apagamento das diferenças.

Essa abordagem é particularmente relevante na educação brasileira. O aluno que conhece apenas uma representação genérica da literatura africana pode sair da escola acreditando que África corresponde a uma única cultura. O estudo de diferentes autores e países, ao contrário, permite compreender a diversidade linguística, histórica e estética do continente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida demonstrou que a expressão "literaturas africanas de língua portuguesa" deve ser preservada como categoria de estudo, mas utilizada de maneira crítica. Ela permite reconhecer relações históricas entre produções literárias vinculadas a países que tiveram experiências coloniais portuguesas e que mantêm o português como língua oficial, mas não deve apagar a existência de diferentes sistemas literários.

A principal mudança conceitual proposta neste artigo consiste em substituir a ideia de "originalidade" pela noção de especificidade. A literatura angolana, cabo-verdiana, guineense, moçambicana e são-tomense não precisa provar uma originalidade absoluta para possuir valor estético. Sua importância está justamente nas formas particulares pelas quais cada sistema literário reelabora experiências históricas, linguísticas, culturais e sociais.

Também se verificou que, a relação entre Brasil e África não pode ser compreendida como simples influência unilateral. Houve circulação de ideias, autores e formas literárias, especialmente em determinados momentos de formação dos sistemas literários africanos. Entretanto, essas referências foram apropriadas e transformadas de acordo com contextos próprios.

A língua portuguesa, por sua vez, ocupa posição ambivalente. Ela está associada à história colonial, mas foi apropriada pelos escritores africanos e transformada em instrumento de criação estética. A literatura produzida nessa língua pode incorporar elementos de diferentes tradições linguísticas e culturais, produzindo formas específicas de representação e de construção identitária.

A relação entre oralidade e escrita também demonstra a necessidade de superar hierarquias críticas tradicionais. A oralidade não deve ser vista como estágio anterior ou inferior à escrita. Ela pode integrar a própria estrutura estética das obras e participar da elaboração de vozes, memórias e identidades.

No campo educacional, a Lei nº. 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais representam marcos fundamentais para a ampliação do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Entretanto, a efetivação dessa política exige mais do que a presença formal de conteúdos africanos no currículo. Exige formação docente, acesso às obras, bibliografia especializada e, sobretudo, uma concepção de ensino que reconheça as literaturas africanas como produções estéticas complexas.

Destarte, é prudente afirmar que o caminho mais produtivo não é abandonar a perspectiva conjunta nem transformar as literaturas africanas em compartimentos isolados. É necessário estabelecer uma comparação que preserve a diferença. Estudar Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe conjuntamente pode revelar relações históricas e culturais importantes; estudá-los separadamente permite perceber os elementos que constituem suas respectivas singularidades.

Desta forma, a defesa das literaturas africanas de língua portuguesa deve significar, antes de tudo, a defesa de sua pluralidade. Reconhecer essa pluralidade é condição para uma crítica literária mais rigorosa, para um ensino menos estereotipado e para uma compreensão mais complexa das relações entre literatura, história, língua, memória e identidade.

REFERÊNCIAS

ALÓS, Anselmo Peres. Subalternidade, representação e mercado: o que escrevem as moçambicanas? **Anuário de Literatura,** Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-182, 2015.

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Coord.). **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982. p. 181-218.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/. Acesso em 26 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e

Cultura Afro-Brasileira. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 26 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/ diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana/. Acesso em 26 ago. 2026.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira:** momentos decisivos. 6 ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CHAVES, Rita de Cássia Natal. **Angola e Moçambique:** experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa.** São Paulo: Ática, 1987.

LARANJEIRA, Pires. As literaturas africanas de língua portuguesa. **Scripta,** Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 237-244, 2000.

LARANJEIRA, José Luís Pires. **Literatura africana de expressão portuguesa.** Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas nas literaturas africanas.** Lisboa: Colibri, 1998.

MACÊDO, Tania. O modernismo brasileiro e as literaturas africanas de língua portuguesa. **Revista ECOS**, Cáceres, 2016.

MATA, Inocência. Estudos literários africanos e literatura-mundo: reflexão sobre a epistemologia da crítica literária. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 43, n. 93, p. 43-60, 2023.

MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial:** reconversões. Manaus: UEA Edições, 2013.

MATA, Inocência. **Polifonias insulares:** cultura e literatura de São Tomé e Príncipe. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial:** reconstruindo identidades. Lisboa: Colibri, 2007.

MATA, Inocência. A alquimia da língua portuguesa nos portos da expansão em Moçambique, com Mia Couto. **Scripta,** Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 262-268, 1998.

MOREIRA, Terezinha Taborda. Writing and orality in critical studies on Portuguese-speaking African literature. **Anuário de Literatura,** Florianópolis, 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 34, n. 69, p. 123-150, mai./jun. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.** São Paulo: USP, 2026. Disponível em: https://dlcv.fflch.usp.br/literaturas-africanas-de-lingua-portuguesa. Acesso em 26 ago. 2026.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Coord.). **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982. p. 157-180.